

## DECLARAÇÃO DE MISSÃO

### **Uma campanha global para a Transparência das Receitas nas indústrias de petróleo, gás e mineração**

Apesar dos biliões de dólares de rendimentos das receitas provenientes da extracção de petróleo, gás e minério, os cidadãos de mais de 50 países ricos em recursos naturais<sup>1</sup> por esse mundo fora, continuam mergulhados na pobreza. Se os governos gerissem essas receitas de forma transparente e efectiva, estas serviriam de base para um crescimento económico sustentado e para uma redução da pobreza. Mas na prática, isto é uma excepção em vez da regra.

Os governos e outras instituições que gerem esses recursos são sempre fracos e, na prática, não prestam contas ao parlamento e aos cidadãos dos seus países. Muitos países ricos em recursos naturais são *cleptocracias*, onde os funcionários públicos estão associados a altos níveis de corrupção<sup>2</sup>. Ocasionalmente houve em que as empresas de Petróleo e de Mineração se engajaram em práticas de corrupção (por exemplo no pagamento de subornos), para assegurarem contratos ou ganhar influência sobre os funcionários da administração pública. As receitas provenientes de recursos extractivos não são na maioria das vezes divulgados pelos governos ou pelas empresas envolvidas; em alguns casos, essa informação é um segredo de estado. Essa falta de responsabilização facilita a desonestidade, a corrupção e a apropriação ilegítima dessas receitas. Em casos extremos, o acesso aos recursos pode alimentar e suportar conflitos nacionais e regionais, enfraquecendo, conseqüentemente, ainda mais os governos e as instituições. Essa desordem é explorada para facilitar a apropriação indevida dos bens do estado em larga escala.

Exigir que as empresas “Publiquem O Que Pagam” e que os governos “Publiquem O Que Ganham”, é o primeiro passo necessário para existir um sistema de gestão das receitas provenientes dos recursos naturais, mais responsável. Se as empresas divulgarem o que pagam e os governos os recebimentos provenientes dessas receitas, os membros da sociedade civil dos países ricos em recursos naturais serão capazes de comparar essas duas informações e, assim, responsabilizar os seus governos pela gestão dessa tão valiosa fonte de rendimento. A transparência das receitas irá ajudar os grupos de sociedade civil a trabalharem, visando um debate democrático no que respeita à utilização e alocação efectivas das receitas desses recursos e das finanças públicas, para

---

<sup>1</sup> A definição de país “rico em recursos naturais” foi retirada do “Guia para a Transparência das Receitas dos Recursos Naturais” do FMI. Um país é classificado como tal desde que preencha qualquer um dos seguintes critérios: (i) no total das receitas fiscais do período de 2000 a 2005 existir uma participação média de pelo menos 25% das receitas de hidrocarbonetos e/ou receitas fiscais de mineração ou (ii) no total de processos de exportação, exista pelo menos uma participação média de pelo menos 25% de hidrocarbonetos e/ou processos de exportação de mineração, durante o período de 2000-2005. Ver

<http://www.imf.org/external/np/pp/2007/eng/051507g.pdf>

<sup>2</sup> De acordo com o Índice de Pagamentos de Subornos da Transparency International (2002), as indústrias de petróleo/gás e mineração estão classificadas em 3º e 7º lugar respectivamente, em termos de probabilidade de funcionários públicos pedirem ou aceitarem subornos (por exemplo concursos públicos, regulação, concessão de licenças, etc.), nessas áreas de negócio. Para mais detalhes ver:

[http://www.transparency.org/policy\\_research/surveys\\_indices/bpi/bpi\\_2002](http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/bpi/bpi_2002)

## DECLARAÇÃO DE MISSÃO

atingir os objectivos de desenvolvimento, melhorar serviços públicos e redistribuir os rendimentos

As empresas de mineração, gás e petróleo não podem controlar a forma como os governos gastam os impostos, os *royalties* e os pagamentos. Mas têm a responsabilidade de divulgar os pagamentos que fazem aos cidadãos, de modo a que estes possam pedir responsabilidades aos seus governos. As empresas que falharem esta tarefa são cúmplices no enfraquecimento do poder das gentes dos países a quem esses recursos pertencem. Para as empresas, a transparência vai reforçar as “licenças para operar” em termos sociais, pois permitirá demonstrar a sua contribuição económica para a sociedade, e aumentar a probabilidade das receitas que pagam aos governos serem utilizadas para um desenvolvimento sustentado – o que cria um ambiente de negócio estável -, em vez de serem desperdiçadas ou desviadas pela corrupção, que exacerba divisões sociais e pode levar a conflitos e a estados fracos.

Existe neste momento um consenso bastante alargado a favor do aumento da transparência no sector extractivo, como evidenciado, por exemplo, no imenso apoio dos governos, empresas, investidores, instituições financeiras e sociedade civil à Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE / EITI)<sup>3</sup>. A divulgação obrigatória dos pagamentos e receitas é coerente com este consenso e pode ser adquirida por meio de ajustamentos simples e lógicos das já existentes leis das empresas, normas de responsabilização, regras para a divulgação de valores mobiliários, condições de empréstimo das instituições financeiras internacionais, dos Bancos de Desenvolvimento Regionais, das Agências de exportação de crédito e dos Bancos para o sector privado.

*Como tal, a coligação Publique O Que Paga requer o seguinte:*

- **Que as empresas extractivas multinacionais públicas e privadas** divulguem nos seus relatórios financeiros anuais, as estimativas/cálculos líquidos para todo o tipo de pagamentos (*royalties*, impostos, bónus, etc.), efectuados aos governos dos países em que operam, bem como que divulguem o tipo de pagamentos efectuados ao governo;
- **Que os governos dos países ricos em recursos naturais:**
  - Requeiram a divulgação dos pagamentos efectuados por todas as empresas extractivas a operar no seu território, na base de companhia para companhia e por tipo de pagamento;
  - *Publiquem O Que Ganham*, isto é, publiquem as receitas totais resultantes da extracção efectuada;
  - Efectuem auditorias independentes e verifiquem essa informação, tendo em conta as melhores práticas internacionais. Isto torna-se possível caso haja uma implementação cabal da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias

---

<sup>3</sup> Ver: <http://www.eitransparency.org/>

## DECLARAÇÃO DE MISSÃO

Extractivas e o cumprimento dos códigos e padrões internacionais sobre recursos naturais e transparência fiscal, tais como o Guia para a Transparência das Receitas dos Recursos Naturais, do FMI.

- Fazer funcionar mecanismos subnacionais que reportem pagamentos e receitas;
- Estabelecer processos de orçamento aberto, participativo e transparente, ao nível nacional, regional e local, visando consultar a sociedade civil sobre a efectiva alocação e gestão das receitas provenientes dos recursos extractivos, bem como das finanças públicas, para promover um desenvolvimento económico e social de base alargada;
- **Os Governos dos países da OCDE** devem requerer por país a divulgação dos pagamentos de todas as empresas extractivas registadas nos seus países ou que constem na lista dos mercados financeiros;
- **As instituições financeiras bilaterais e multilaterais**, incluindo o grupo Banco Mundial, o FMI, os bancos regionais de desenvolvimento, as agências de exportação de crédito e bancos do sector privado, devem requerer às empresas extractivas que cumpram com os requisitos para a transparência dos pagamentos, defendidos pela coligação Publique O Que Paga, como uma pré condição para todos os projectos que apoiam; e também que os *governos* possuam um sistema funcional para prestação de contas e efectuem auditorias independentes às receitas provenientes da indústria extractiva, em troca de assistência técnica e financeira e para um desenvolvimento não humanitário/não urgente;
- **As organizações doadoras devem promover o empowerment e desenvolvimento das capacidades das organizações de sociedade civil** dos países ricos em recursos naturais, de modo a permitir que os cidadãos possam exigir responsabilidades aos seus governos pela gestão e dispêndio das receitas oriundas das indústrias extractivas.

*A juntar a essas medidas:*

- As empresas extractivas e as autoridades locais devem divulgar informação sobre **investimentos sociais e pagamentos para orçamentos locais** efectuados pelas empresas extractivas. Esses pagamentos e investimentos podem ser factores importantes de desenvolvimento social e económico sustentado e, conseqüentemente, o público deve ser envolvido no processo de gestão dessas receitas;
- Para promover uma responsabilidade total das empresas e dos governos na gestão das receitas provenientes dos recursos naturais, requeremos também a divulgação pública dos contratos da indústria extractiva e que os procedimentos para licenciamento sejam executados de forma transparente, tendo em conta as melhores práticas internacionais. Como os contratos tipicamente incluem tabelas, fórmulas e outros determinantes dos fluxos das receitas em potencial do governo

## DECLARAÇÃO DE MISSÃO

(tais como participação da receita, impostos, *royalties*, bónus, benefícios sociais, etc., e a isenção de algumas delas), preenchendo o direito do público de aceder a esses contratos (com excepção das provisões que são genuinamente informação comercial confidencial), irá ajudar a informar os cidadãos relativamente ao valor que os seus governos deveriam receber dos recursos extractivos, o que pode então ser comparado com o que o governo recebe de facto. A transparência dos contratos pode assim ajudar a sociedade civil a compreender se os seus governos possuem acordos com projectos do sector extractivo que são de interesse público e, como tal, se as prometidas receitas se materializam.

Promover a transparência das receitas e dos contratos das indústrias extractivas é o primeiro passo vital para aliviar a pobreza esmagadora de comuns cidadãos em muitos dos países em desenvolvimento, ricos em recursos naturais. É completamente coerente com os objectivos internacionalmente acordados de boa governação, prevenção da corrupção, responsabilidade corporativa e desenvolvimento sustentado. A Transparência serve os interesses de todos, quer sejam cidadãos, empresas, governos e, mais amplamente, a comunidade internacional. Como tal, apelamos a todos os parceiros relevantes neste processo a fazerem a sua parte e a transformar a transparência numa realidade.

*Junho de 2007*